



Assembleia Municipal de Azambuja

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE DEZEMBRO DE 2011

----Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas 20H20M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

Ponto 2 - Orçamento para o ano de 2012 - Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos "2012-2015" (P 96/P/2011)

---- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião a Sra. D. Vera Lúcia Brás dos Santos, em substituição do 1º Secretário, e o Sr. Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, 2º Secretário. -----

---- Encontravam -se presentes os Deputados Municipais Senhores António Batista Marques, António Francisco Nunes Godinho, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Manuel Montez Amaral, Daniel Albino Lopes Claro, David José Pinto Mendes, Fernando Emídio Costa, Francisco António Galvão Morgado, Herculano Valada Martins, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, Isabel Maria Franco Corrêa, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Luís Marques dos Santos, José Manuel Isidoro Pratas, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria de Lourdes Firmino Piriquito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Pedro Manuel Raimundo Duarte Coelho, Rita Adriana Gonçalves Domingos, Luís Eduardo Salvaterra da Silva e Sérgio Paulo Rodrigues Ramos Jorge. -----

---- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, Ana Maria Correia Ferreira, Silvino José da Silva Lúcio, António Jorge de Oliveira Lopes e José Elias Gabirro Fernandes, Vereadores. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio e, após ter saudado todos os presentes, informou que estava constituída a Mesa, havia "quórum" e, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que, por se tratar de uma reunião ordinária, haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Joaquim Varino, munícipe, querendo saber para quando está prevista a abertura do Centro de Dia da Maçussa. -----

---- O Sr. Paulo Vasco, munícipe, pediu a palavra para perguntar se já existe alguma resposta à questão que colocou, na anterior reunião da Assembleia, sobre o comportamento das Águas de Azambuja, relativamente à substituição de bocas-de-incêndio. Ainda sobre esta empresa, disse que as novas facturas quase não se conseguem ler. A letra é tão minúscula que, mesmo para pessoas que usam óculos, a sua leitura é extremamente difícil. -----

---- Para responder a estas questões interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----

Relativamente ao Centro de Dia da Maçussa, informou que a obra física está pronta. Aguarda-se pelo acordo com a Segurança Social, embora se esteja a ponderar a abertura do Centro mesmo sem a assinatura do referido acordo. -----

---- Para responder às questões sobre as Águas de Azambuja, interveio o Sr. Vice-Presidente. Disse que, após o alerta dado pelo munícipe na sessão anterior, reuniu com o COM (Comandante Operacional Municipal) tendo apurado que a substituição de algumas bocas-de-incêndio tem sido uma acção consertada entre as Águas de Azambuja e os Serviços de Protecção Civil Municipal, pelo que a situação está devidamente controlada. -----

---- Esgotadas as intervenções por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia, antes de dar a palavra aos Srs. Deputados Municipais, informou-os de que a correspondência estava à disposição para consulta. -----

Mais informou que, por se terem levantado algumas dúvidas, por parte de alguns Deputados da oposição, quanto à legalidade da aprovação da minuta da reunião do Dia 15 de Dezembro, por falta de quórum, a Mesa, reconhecendo a confusão criada no final dessa mesma reunião e para que não surjam quaisquer tipo de dúvidas com o resultado da votação do documento, ia novamente apresentá-la agora, fazendo a sua leitura e, imediatamente a seguir, a sua votação. Por se estar a falar de assunto que em nada dignificou este Órgão, o Sr. Presidente da Assembleia lembrou aos Senhores Deputados que estas ocorrências são, essencialmente, da responsabilidade de todos os que foram eleitos e assumiram, de livre vontade, um compromisso, e que, entre outras obrigações, deverão estar presentes nas sessões das assembleias até ao final das mesmas, sabendo que elas só terminam após a votação da minuta da acta. -----

---- Após a leitura da Minuta da Acta da Reunião Extraordinária do dia 15 De Dezembro de 2011 pelo Sr. Deputado Municipal Francisco Jerónimo, 2º Secretário, o Sr. Presidente colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia informou que iria também colocar à votação as actas das reuniões ordinárias de 28 de Junho e 29 de Setembro de 2011. --

---- Colocada à votação a Acta da Reunião Ordinária do dia 28 de Junho de 2011, foi a mesma aprovada, por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção. -----

---- Colocada à votação a Acta da Reunião ordinária do dia 29 de Setembro de 2011, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues pediu para intervir sugerindo que a Mesa da Assembleia ficasse com plenos poderes para poder aprovar as minutas das actas. Acrescentou que estaria na disposição de fazer a proposta e apresentá-la na próxima reunião, se a sua sugestão tiver acolhimento. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia interveio dizendo que a Mesa não tem nada a opor. Se a proposta for apresentada será discutida e votada. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Daniel Claro pediu a palavra para dizer que o BE não tem nada a opor desde que essa aprovação seja feita na presença dos membros da Comissão Permanente. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia voltou a intervir para dar conhecimento do teor de um ofício, proveniente da Junta de Freguesia de Azambuja, denunciando o Protocolo com a Câmara Municipal e, simultaneamente, reclamando o valor em dívida, de € 31.342,41. -----

Finalmente, deu início ao período antes da ordem do dia para os senhores Deputados Municipais. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

---- Interveio o Sr. Deputado Municipal Francisco Morgado para dar conhecimento da acusação feita pelo Sr. Vereador Jorge Lopes no Facebook, sobre o transporte de eleitores em dia de eleições, da Espinheira para Alcoentre, em carrinhas da Junta de Freguesia. Trouxe documentação escrita que foi distribuída pelos Srs. Deputados Municipais, depois da devida autorização do Sr. Presidente da Mesa. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis para colocar algumas questões à Câmara, nomeadamente, sobre a sinalização de trânsito em Aveiras, incluindo a sinalização luminosa que se encontra deficiente, o excesso da pressão da água canalizada, a apresentação da factura da água, as roturas, a iluminação da Praça dos Imperadores em Manique do Intendente e, ainda, a urbanização da Quinta do Mor. -----

---- Pediu para intervir, a seguir, o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro. Primeiramente quis apresentar um pedido de desculpas pelo facto de se ter excedido na sua última intervenção da reunião da Assembleia do dia 15 de Dezembro. -----

Relativamente à ordem de trabalhos de hoje, e referenciando o Jornal Fundamental, disse verificar que existem duas páginas integrais de publicidade pagas pelo Município e duas páginas de uma espécie de publicidade institucional que, deduzia, fossem também pagas pelo Município. Não sabendo se a sua interpretação estaria correcta, mas tendo conhecimento dos cortes que tem havido nalgumas instituições, por via da crise que se vive, quis manifestar a sua indignação e solicitar a informação dos custos de publicidade inserida nas páginas do referido jornal. De igual modo, pretendeu manifestar a sua perplexidade, pois, apesar dos avisos que têm sido feitos sobre os ajustes directos e à contenção que é necessário ter, teve conhecimento de mais um ajuste directo celebrado, em 15 de Dezembro, com uma firma de advogados Pedro Santana Lopes e a EMIA no valor de € 6.000,00. Tal como na questão indicada anteriormente, informou que irá apresentar um requerimento para obter uma descrição detalhada dos serviços que esta firma presta à EMIA. Quis também saber quem pagou o parecer dado por esta mesma firma sobre o futuro parque de estacionamento de camiões à entrada da Vila. Se foi a Câmara algo vai mal e necessita de ser imediatamente revisto, uma vez que a Câmara não pode continuar a pagar pareceres e avenças a advogados que, mais tarde, servem para justificar erros em planos de pormenor. Acrescentou que com estas questões agora levantadas, talvez os Membros da Assembleia, que votaram contra a Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental, percebam que a mesma se justificava neste momento e mais do que nunca. -----

---- Face à dissensão entre a Junta de Freguesia de Azambuja e a Câmara, relativamente à quebra do protocolo, quis saber que reflexos isso acarretará para a população e que medidas a Câmara já está a tomar para colmatar a situação. -----

----- O Sr. Deputado Municipal Joaquim Marques pediu também a palavra para dizer que a Junta de Vila Nova da Rainha nunca transportou eleitores. Para levar os doentes ao Centro de Saúde era ele que o fazia no seu próprio automóvel. Só após as eleições, mais concretamente no ano de 2010, é que lhe foi concedida, pela Câmara, uma carrinha para fazer o transporte dos doentes ao centro de saúde. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal David Mendes para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara se o muro que se está a construir na E.N. 366 está devidamente licenciado, uma vez que, numa sessão anterior, já tinha colocado esta questão e o Sr. Presidente disse que se iria informar. Inquiriu também o Sr. Vereador Silvino Lúcio sobre a limpeza das ribeiras daquela mesma estrada. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira pediu também a palavra para voltar a perguntar pelo projecto do parque urbano da Milhariça, uma vez que tem havido muitas desculpas e, por isso, tem vindo a ser adiado. Quis também saber o ponto de situação do saneamento da Milhariça, já que os esgotos estão a correr para o rio com a agravante de as Águas de Azambuja estarem a cobrar a taxa de saneamento. -----

---- O Sr. Vereador António Jorge Lopes, em direito de resposta, pediu para intervir. Em primeiro lugar disse que não comentaria assuntos que não são assuntos. Em segundo lugar, agradeceu a oportunidade que o Sr. Presidente da Junta de Alcoentre lhe deu, uma vez que só o pretendia fazer nas próximas reuniões de Câmara e de Assembleia, para informar que dispunha de informações concretas sobre o possível não encerramento dos CTT de Alcoentre. Esta informação será tornada pública durante o próximo mês de Janeiro. Em relação a Aveiras de Cima a situação não se altera. -----

---- Para prestar os esclarecimentos solicitados, interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----

Começou por agradecer ao Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis pelas questões colocadas sobre as Águas de Azambuja, tendo informado que iria dar nota desses reparos à empresa. -----

Relativamente à iluminação pública da Praça dos Imperadores disse não ter, por ora, mais nada a acrescentar e sobre a Quinta do Mor informou que brevemente irá reunir com a Administração para lhes dar conta que o trabalho está praticamente concluído e que será necessário fazer a reunião da assembleia-geral para aprovação do novo desenho do loteamento. -----

No que diz respeito às questões levantadas pelo Sr. Deputado Municipal Daniel Claro, o Sr. Presidente referiu que não foi feito qualquer espécie de divulgação publicitária até Setembro. Todavia, nesse mês, achou-se necessário melhorar a comunicação. Actualmente, existe um contrato com o jornal fundamental em que se paga uma página de publicidade e o jornal oferece outra página. -----

Sobre o contrato de avença com a firma de Advogados Santana Lopes, o Sr. Presidente informou que a EMIA, como todas as estruturas, tem de ter um suporte jurídico. O que o Sr. Deputado viu foi a prorrogação desse contrato de assistência jurídica, que era prorrogado anualmente mas, por questões cautelares e devido ao anúncio de que o sector empresarial do estado será objecto de remodelações no primeiro semestre, este ano foi feito apenas por mais seis meses. -----

Esclareceu também que não houve nenhum corte nas relações com a Junta de Freguesia de Azambuja ou com qualquer outra junta. Desde Setembro que tem havido conversações muito assíduas com os nove presidentes de junta no âmbito da contracção de custos que é necessário fazer. O que aconteceu não se trata de um corte de relações, mas sim uma tomada de posição que poderá ainda vir a ser concertada entre a Câmara e aquela Junta de Freguesia. -----

No tocante à questão apresentada pelo Sr. Deputado David Mendes, o Sr. Presidente assumiu a culpa por não se ter lembrado do assunto da construção do muro de pedra na E.N. 366. Comprometeu-se, no entanto e já no dia seguinte, a inteirar-se da situação, informando O Sr. Deputado Municipal, posteriormente, por telefone. -----

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Aveiras de Cima sobre a construção do Parque Urbano da Milhariça, o Sr. Presidente confirmou que não há, actualmente, condições para a concretização deste projecto. -----



Assembleia Municipal de Azambuja

---- A pedido do Sr. Presidente da Câmara, interveio o Sr. Vereador Silvino Lúcio para responder às questões inerentes ao saneamento. -----

Sobre o saneamento na Milhariça, disse já terem sido dadas indicações claras e objectivas às Águas de Azambuja de que em zonas não ligadas às ETAR's não há lugar a cobrança da taxa de saneamento. Em relação ao saneamento do Vale do Brejo, realçou o diferendo existente com uma família que reside no local, aguardando-se pela publicação do despacho em Diário da República. -----

No que concerne à postura de trânsito, o Sr. Vereador disse que estão a ser desenvolvidos trabalhos, em conjunto com a Junta de Freguesia, tendo em vista a revisão e remodelação da sinalização. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para informar que o Sr. Director do Departamento do Urbanismo, em resposta a uma mensagem que lhe enviou sobre o licenciamento do muro da EN 366, lhe disse ter quase a certeza de que o mesmo não está licenciado. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Justino Oliveira pediu a palavra para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara a resposta dada sobre a construção do Parque da Milhariça, por ter assumido, pela primeira vez, que aquela obra não se concretizará. -----

Ainda sobre os esgotos do Vale do Brejo. O Sr. Deputado referiu que, quando a obra do emissário foi projectada, lhe foi dito que seria feito, a jusante, um entroncamento como foi feito no Vale Coelho. -----

Relativamente ao trânsito, o Sr. Deputado confirmou que a Junta já está de posse dos elementos fornecidos pela Câmara mas, nesta altura do ano, tem-lhe sido particularmente difícil debruçar-se sobre eles, uma vez que a junta de freguesia não dispõe de técnicos para analisar este tipo de matérias. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio querendo saber se está ou não prevista a ligação dos esgotos da Milhariça ao adutor e, estando, porque é que situação ainda não foi resolvida. -----

---- O Sr. Vereador Silvino Lúcio tomou a palavra para dizer que está contemplada a ligação dos esgotos da Milhariça ao troço do emissário. O emissário não está completo porque não houve acordo com dois proprietários. Assim, quando houver o acordo entre as partes e o emissário estiver concluído, de imediato se fará a ligação da Milhariça. -----

---- Não havendo outras intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos constantes da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

1. Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

---- O Sr. Presidente da Câmara após ter feito uma breve apresentação deste ponto, aproveitou para esclarecer um assunto que anda a levantar alguma celeuma pelo facto de alguns órgãos da comunicação social, levemente, terem como manchete que o Presidente da Câmara teria dito que em 2012 iria haver despedimentos na Câmara Municipal de Azambuja. Disse ter já trocado impressões com esses órgãos de comunicação social, pelo que a correcção desta notícia será devidamente estabelecida na sua próxima edição. Acrescentou o Sr. Presidente que, hoje mesmo, teve de fazer um comunicado a todos os trabalhadores do município porque as pessoas ficaram preocupadas. Salientou que o que disse foi que, no próximo ano, teria de ser feita a reestruturação do município e que havia a intenção do governo de limitar os cargos de chefia, nomeadamente, chefes de divisão e directores de departamento. Consequentemente, em função dessa mesma legislação, as pessoas que estivessem a mais nesses cargos regressariam aos seus lugares de origem. -----

Outra questão que o Sr. Presidente quis esclarecer, e que tem sido alardeado nos mais diversos fóruns e com origem nos partidos da oposição, foi o endividamento municipal. Conforme já havia explicado na assembleia anterior, existem três tipos de endividamento. O de curto prazo, que a Câmara utilizou zero. O de médio e longo prazo, que foi utilizado e ainda o endividamento líquido. A Câmara ficou numa situação de sobre-endividamento líquido apenas pela simples razão de as receitas municipais terem descido e por ter havido uma medida administrativa do anterior governo, que determinou que, para o endividamento líquido, contavam apenas as receitas à data de 30 de Setembro. De repente, passou-se do dia 31 de Dezembro de 2010, em que a Câmara ainda tinha uma capacidade de endividamento de dois milhões de euros, para 1 de Janeiro com um sobreendividamento líquido de quatro milhões.

Mais esclareceu o Sr. Presidente que se for possível resolver a situação do município através do saneamento financeiro, como a generalidade dos outros municípios, no próximo ano, a situação estrutural, em termos de finanças, mesmo com a quebra de receitas, é suficiente para garantir a viabilidade e a sustentabilidade do Município de Azambuja.

Nos dois últimos anos a Câmara diminuiu substancialmente o endividamento no médio e longo prazo. Amortizou-se cerca de dois milhões de euros em 2010 e 2011, não tendo sido contraído mais nenhum empréstimo. A EMIA também amortizou os seus empréstimos. O endividamento resulta de obras que foram feitas e que são fundamentais ao bem-estar do nosso Concelho.

Antes de terminar a sua intervenção, o Sr. Presidente da Câmara pediu para ser distribuída pelos Srs. Deputados Municipais uma listagem contendo a descrição de todos os financiamentos que foram contraídos entre 2002 e 2010 e as obras a cada um deles deu origem. Em resumo, em termos de investimentos, foram feitos vinte milhões de euros de obras para o Concelho, dos quais onze milhões novecentos e setenta e dois dizem respeito a empréstimos contraídos e oito milhões e setecentos a fundos comunitários a fundo perdido.

Foi igualmente distribuído um documento igual referente à EMIA.

---- Seguidamente, interveio o Sr. Deputado Daniel Claro para dizer que, finalmente, estão a começar a abrirem-se as portas para uma discussão do que se passa em relação ao endividamento. Informou que não iria comentar os documentos distribuídos e que o BE não tinha sido apanhado desprevenido. Esclareceu que o que está em causa não é só a gestão do Presidente da Câmara mas também a gestão de 20 anos do PS, sobretudo, os erros estratégicos cometidos, a começar pelo plano director municipal que ainda está em vigor. Tentar discutir o assunto parcelarmente, ou seja, esta ou aquela obra, não se chega a lado nenhum. Serão estes 20 anos de governação do PS que, face à conjuntura que o Concelho atravessa, terão de ser julgados. Primeiro do ponto de vista estratégico, depois do ponto de vista instrumental, através da situação financeira, económica e de tesouraria. O passo dado hoje pelo Sr. Presidente da Câmara, aberto já na reunião anterior, se tivesse já sido dado há mais tempo teria feito com que se pudesse ter ido mais longe. Neste contexto, recordou o pedido do BE para a realização, no mês de Outubro, de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para que os documentos que vêm hoje já contivessem, em si, alguma reflexão sobre estas matérias. No primeiro trimestre de 2012, perante o que está anunciado, ter-se-ão que discutir em profundidade estes assuntos.



Assembleia Municipal de Azambuja

Terá que ser discutido estrategicamente o Concelho, a reforma administrativa, o plano de saneamento financeiro, que trará consequências nada leves para quem recorrer a esta medida. Disse esperar que a maioria tenha a abertura suficiente para discutir os assuntos, que estão aqui em causa, com qualidade e em profundidade. ----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro pediu a palavra para dizer que este quadro viria mais completo se identificasse os valores obra a obra. -----

---- Pediu para intervir o Sr. Deputado Municipal António Godinho querendo saber se a documentação, que foi agora distribuída, se traduz numa primeira abordagem para aceitação de uma maior participação da oposição neste tipo de matérias, e se no próximo ano se irá discutir atempadamente o orçamento com a participação e a opinião da oposição. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para responde ao Sr. Deputado Municipal. Disse que no ano passado solicitou aos elementos da oposição que apresentassem sugestões ao orçamento para 2011, não tendo recebido nada. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio dizendo que ao BE não chegou qualquer pedido. Lembrou que, ao abrigo do estatuto da oposição, o BE solicitou reuniões com os directores de departamento avisando que pretendia fazer propostas para o orçamento. Provavelmente este pedido ter-se-á perdido em qualquer arquivo bem morto porque até hoje não obteve qualquer resposta. Este ano o BE não apresentou qualquer pedido, preferindo partir para outra via que era fazer, em devido tempo, uma assembleia onde se pudessem discutir estas matérias. Infelizmente, por razões conjunturais, que disse entender, não foi possível fazê-la. Não pode agora Sr. Presidente da Câmara dizer que a oposição, no seu conjunto, não apresentou propostas. Recordou que, em matéria de apresentação de propostas, em Abril de 2010, sem qualquer discussão, foi reprovada uma que mais tarde veio a ser aprovada por unanimidade. A oposição faz-se durante um ano inteiro e não a um mês do orçamento. -----

---- O Sr. Deputado Municipal António Godinho interveio uma vez mais dizendo subscrever inteiramente o que o Sr. Daniel Claro disse, uma vez que a Coligação Pelo Futuro da nossa Terra também não recebeu qualquer pedido para apresentação de sugestões. Ainda assim, a Coligação tem apresentado propostas que, infelizmente, a maioria tem recusado discutir por achar que tem direito a tudo. -----

---- Seguidamente, pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Herculano Martins para dizer que ficou muito surpreendido com o que disse o Sr. Presidente da Câmara, uma vez que a CDU também não recebeu qualquer convite para se manifestar sobre o plano e orçamento. Disse ter pedido ao Sr. Vereador que representa a CDU no Executivo, Dr. António Nobre, para que a construção do mercador diário de Manique do Intendente viesse referida no orçamento. De facto veio no orçamento, mas como reparação e não como construção, só que, mesmo assim, não passou do papel. -----

---- O Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro interveio novamente querendo saber se o Sr. Vereador António Jorge Lopes dispunha de informações recentes sobre a situação dos Correios de Alcoentre. -----

---- O Sr. Vereador tomou a palavra para informar que tinha recebido, acerca de 10 minutos atrás, um SMS comunicando que o governo tinha decidido suspender em absoluto o encerramento do posto dos CTT de Alcoentre. -----

---- Pediu também a palavra o Sr. Deputado Municipal David Mendes para dizer que o Sr. Presidente da Câmara surpreendeu com esta listagem exaustiva das obras que realizou. Lembrou, no entanto, que o Sr. Presidente criou uma empresa para poder

fazer mais dívida e mais obra, o que significa que se essa mesma empresa não tivesse sido criada as obras teriam sido menos. Quando, daqui a algum tempo, as dívidas tiverem de ser consolidadas vai ser então necessário o saneamento financeiro. Nessa altura não vai ser o Presidente da Câmara mas sim o governo que lhe vai exigir a redução de pessoal, que já se está a preparar para essa liturgia. A apresentação deste documento já é para calar algumas bocas, muito embora a CDU não se vá calar. A CDU concorda que as obras foram necessárias estão é mal localizadas. O Concelho vai ficar desequilibrado e com uma dívida enorme.

---- O Sr. Deputado Justino Oliveira quis colocar ainda algumas questões sobre a informação do Sr. Presidente da Câmara, nomeadamente, sobre projecto Lusolândia, e o parque escolar de Aveiras de Cima. Pediu ainda que lhe fosse facultada informação sobre a Avinho.

---- A seguir interveio o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Em presença das listagens facultadas pelo Sr. Presidente da Câmara e após uma análise superficial de um deles, disse que há já alguns anos que a CDU tem vindo a insistir que a Câmara Municipal faz obra em especial na sede do Concelho e nas freguesias vizinhas. Comparando as freguesias de Aveiras de Cima e Aveiras de Baixo, constata-se que foi feito tanto investimento numa como noutra, sendo que Aveiras de Baixo apenas tem 1/3 da população de Aveiras de Cima. Em relação a Manique do Intendente, apenas aparece o jardim-de-infância que serve três freguesias.

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Lúcio Costa dizendo ter ficado algo confuso com as notícias sobre os CTT de Alcoentre, na medida em que esteve, na primeira reunião que houve com a Administração da empresa, muito antes das movimentações das freguesias e das pessoas, e ideia que prevalecia era de que em Aveiras de Cima seria para encerrar e em Alcoentre, até por via dos Estabelecimentos Prisionais, se não houvesse quem aceitasse ficar com o serviço, a estação permaneceria.

---- O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir para prestar mais alguns esclarecimentos.

Informou que a Lusolândia esteve suspensa porque durante mais de dez anos esteve sujeita às medidas restritivas do defuncto aeroporto da Ota, assim como defuncto há-de ser o aeroporto de Alcochete, preconizou. Como essas medidas foram levantadas, o promotor dos terrenos retomou o processo e conseguiu, com o apoio da Câmara, que fosse declarado projecto de interesse nacional (PIN). Foi constituída a comissão de turismo, no âmbito da CCDR, que tem por missão avaliar os projectos turísticos, tendo o projecto passado por todos os critérios exigidos. Oxalá o promotor consiga arranjar financiamentos e mercado para o concretizar.

Sobre os parques escolares de Aveiras de Cima e Vila nova da Rainha, o Sr. Presidente informou que foi feito o concurso público e, actualmente, está a fazer-se a apreciação das propostas que concorreram.

Em matéria da Avinho, o Sr. Presidente concordou que o Sr. Deputado Municipal tem todo o direito de ter conhecimento da situação, pelo que irá dar instruções aos serviços nesse sentido.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António José Rodrigues, o Sr. Presidente concordou que de facto a sua análise foi superficial.

---- O Sr. Deputado David Mendes interveio novamente para dizer que a Lusolândia é uma espécie de espírito do natal passado, uma vez que este projecto já serviu para a campanha de João Benavente. Perguntou se também vai servir para a próxima campanha do PS.



Assembleia Municipal de Azambuja

---- O Sr. Deputado Daniel Claro interveio dizendo que a Câmara, sem pedir um estudo de viabilidade financeira que mostre concretamente quais são os financiamentos existentes, gaste tempo e dinheiro em algo que se arrasta acerca 20 anos não é prenda de natal. 500 Milhões de euros é dinheiro de mais nesta altura, sem um estudo de viabilidade financeira e sem uma carta de intenções. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio, uma vez mais, para explicar que a Câmara não tem nada a ver com a Lusolândia. Está no plano director municipal de 1995 e a concretizar-se diz respeito aos Concelhos de Alenquer e de Azambuja, em termos geográficos. Azambuja e Alenquer contrataram com o empreendedor um plano de pormenor, que é necessário, que é pago por ele, e tem participado nas reuniões com a AICEP e a CCDR. -----

---- Não havendo mais intervenções neste ponto o Sr. Presidente da Assembleia, antes de colocar à discussão o ponto seguinte, suspendeu os trabalhos para um intervalo de cerca de 5 minutos. -----

Ponto 2 - Orçamento para o ano de 2012 - Plano de Actividades Municipal e Plano Plurianual de Investimentos "2012-2015" (P 96/P/2011)

---- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Pediu para intervir nesta matéria o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro. Referiu que se ao valor da dívida da Câmara, mencionada na informação, acrescer a dívida da EMIA, que são mais 10 milhões de euros, rapidamente se chega à conclusão que a dívida total subirá para 27 milhões de euros. A dívida ao Banco este ano também é menor porque também se pagam menos juros. No que diz respeito ao orçamento, propriamente dito, o Sr. Deputado chamou a atenção para o valor que a Coligação PFNT apelida de "receita virtual" que engloba a verba a receber das Águas do Oeste, a valorização dos terrenos da Gulbenkian, as rendas em tribunal, as rendas de terrenos e a venda da EPAC, cujo total dá um valor entre dois a três milhões de euros. Decompondo a receita, em função destes números, e tal como foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara existe um orçamento de 19 milhões de euros. Se a este orçamento forem retirados os 5 milhões de euros para as despesas de pessoal, mais os pagamentos à banca, orçamentados em cerca de um milhão de euros, e a dita "receita virtual" o Executivo ficará apenas com dez milhões para gerir a Câmara ao longo de 2012. Perante estes números o Sr. Deputado quis saber se a Câmara está em condições de garantir os transportes escolares, manter o apoio social escolar e se as refeições escolares se mantêm nos mesmos moldes. Quis também saber qual o valor correcto do serviço de dívida, uma vez que a rubrica aparece referida duas vezes com valores diferentes. -----

---- Interveio a seguir o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues. Disse que ao longo dos anos a lei das finanças locais tem sido um alibi para algumas câmaras convencerem os eleitos de que se trata de um maná. Esta lei, em termos de transferências para as autarquias, permitia que os autarcas se convencessem de que podiam fazer muita obra e, sobretudo, se tivessem uma perspectiva de concepção dos PDM's de forma a chamar a si os construtores. Em termos de PDM, a nível nacional, prevê-se a construção de fogos para acomodar 35 milhões de portugueses. A população do nosso país, segundo os últimos censos, anda na ordem dos 10 milhões de portugueses. Em termos de construção existente o número situava-se em cerca de 5/6 milhões de fogos e davam para albergar toda a nossa população. Ainda assim, as Câmaras deram em alargar os PDM, converteram terrenos rústicos em terrenos urbanos, ou deram a possibilidade de poderem vir a ser urbanizados a curto prazo. Os

donos desses terrenos, mal tiveram conhecimento da situação, venderam-nos bem vendidos a esses construtores. Tratou-se de um mercado lucrativo, que deu para pagar campanhas eleitorais de alguns partidos. Ultimamente, com esta desgraça, que partiu dos Estados Unidos, chegou à Europa, a Espanha e a Portugal, os construtores estão quase todos à beira da falência. Esta política do PDM foi um chamariz porque as Câmaras ganhavam dinheiro de duas formas. Através da Contribuição Autárquica (actualmente IMI) e da SISA (actualmente IMT). Hoje, não há dinheiro e a Câmara vai ter que se governar com apenas cerca de 800.00 euros/mês. Acrescentou ainda o Sr. Deputado Municipal, socorrendo-se da gíria popular, que este orçamento está concebido para “encher pneus”. -----

---- Quis também intervir neste ponto o Sr. Deputado Municipal Daniel Claro tendo feito a análise aos documentos em discussão da forma que a seguir se transcreve: ----
“O plano e orçamento é normalmente um ponto de partida consubstanciado numa análise das necessidades de um concelho e perspectivando, de uma forma planeada e sustentada, uma acção futura. O documento aqui em análise é, contudo, um ponto de chegada a uma situação insustentável do ponto de vista de estratégia de desenvolvimento e do ponto de vista financeiro. A dívida da Câmara Municipal é de 27 milhões de euros para uns, ou de 23 milhões para outros. Não sendo de somenos esta diferença, contudo, para o efeito do que aqui nos traz, apenas significa que o esforço de saneamento das contas camarárias, em qualquer dos casos, será dramático. Levando em conta que este concelho, por erros estratégicos cometidos nos últimos 20 anos, e por força de uma conjuntura económica adversa, não gera receitas suficientes para fazer face a este esforço de dívida. Alegam os arautos da maioria absoluta do partido socialista que esta dívida existe apenas porque se fez obra no concelho. Isto é verdade. Contudo, não é a verdade toda. A verdade é que se construiu muito, que se fez obra numa boa parte necessária e que até teve o nosso apoio, mas falhou-se no fundamental. A obra só é investimento se por detrás dela estiver uma estratégia de desenvolvimento que a transforme de betão, jardim ou calçada, em investimento. E é aqui que reside parte do problema. Por falha estratégica, essa obra não tirou o concelho do seu carácter periférico, não melhorou a actividade comercial e industrial, não impôs como alternativa aos concelhos envolventes. É por isso que chegámos hoje a este plano e orçamento. -----
Mas, de igual modo, muita dessa obra foi semeada ao acaso e ao sabor do mau tempo e com a feira de vaidades, que polvilhou este concelho de um pavilhão, quase sem actividade acolá, de um campo relvado para a fotografia mais além, de um parque de merendas sem utilidade real mais ali, cujos custos e manutenção já vai quase em 300 mil euros, duma praça de touros para satisfazer egos, etc., etc., etc. Enquanto isto, investimentos com futuro como as piscinas, cuja degradação começa a ser evidente, com o conseqüente aumento de custos para a sua reactivação, um centro de formação, um planeamento coerente para Aveiras de Cima e a resolução dos obstáculos à zona industrial Alcoentre/Aveiras de importância vital para o concelho, sem falar no tão propalado mercado diário de Manique, continuam adiados para os fins dos dias e, sobretudo, foi incapaz, politicamente, de traçar uma estratégia de renegociação das contrapartidas pelo aeroporto da Ota, deixando-nos com uma mão cheia de ilusões como a Lusolândia. Chegámos a este plano e orçamento. Insinua a maioria de que foi vítima das circunstâncias. Nada mais falso. Quando a Câmara tomou, em meados de 2010 e já depois do PEC1, as primeiras medidas de cortes orçamentais à cultura, às instituições sociais e às freguesias, o BE advertiu que para



Assembleia Municipal de Azambuja

fazer face à crise que se adivinhava, era necessário um plano global de contenção financeira baseado numa estratégia de desenvolvimento, que propusemos. Contudo, a atitude da Câmara foi inventar uma receita fantasma para capear investimentos como a praça de touros e aumentar os ajustes directos de pouco mais de 1 milhão de euros em 2009 para mais de 3 milhões em 2010 e mais de 4 milhões em 2011, tornando urgente uma discussão séria sobre a contratação de serviços que podem e devem, a médio prazo, ser objecto de administração directa camarária. Paralelamente, continuamos sem saber a dimensão real da dívida às Águas do Oeste, e sabemos agora que se deve perto de 1 milhão de euros à empresa que gere a recolha do lixo renunciando um aumento de taxas. -----
E chegámos a este plano e orçamento. -----

Analisar estes documentos é um exercício quase desnecessário por ninguém acreditar neles. O Sr. Presidente também já o disse. Nem o PS que o fez, nem nós porque sabemos que nada do que está aqui tem correspondência com a realidade que é já hoje visível, numa conjuntura de ataque concertado por parte do governo, quer ao poder local, quer às conquistas sociais e laborais. Mas tem aspectos que não podem passar em claro. A desorçamentação na área social, o corte nos subsídios às associações de 50% de 1 ano e 100% de outro, a derrapagem no défice que, à partida, é de mais de 2,5 milhões de euros, mas, face à mais que previsível quebra de receitas, poderá chegar aos 4 milhões. Tudo isto numa Câmara cujo endividamento líquido "per capita" já é de 580 euros/habitante, superior às Câmaras da mesma dimensão desta região, e que se encontra esgotado. -----

No Bloco recusámos sempre a política de terra queimada, e foi por isso que apresentámos na assembleia do estado do um município um projecto de plano estratégico para o concelho e propusemos em Setembro que, durante o mês de Outubro, se realizasse uma assembleia municipal que discutisse a situação financeira da Câmara e o PDM, para que estes documentos reflectissem já essa discussão. Não fomos ouvidos e chegámos a este plano e orçamento que, do ponto de vista estratégico, em termos de desenvolvimento sustentado, aguarda pelo inócuo plano Mateus. Do ponto de vista financeiro, aguarda pelo Governo. Do ponto de vista económico, pela boa vontade dos credores e do ponto de vista de tesouraria pela divina providência. Estamos, assim, perante já não um Executivo Camarário mas uma comissão de gestão. Votaremos contra." -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis dizendo que neste orçamento as freguesias de Aveiras de Cima e Manique do Intendente foram esquecidas, como vem sendo habito. Exemplificou os casos da praça de touros e o parque urbano da Milhariça. A este propósito, quis saber que tipo de contenção vai haver na próxima edição da Feira de Maio. Lembrou que no ano passado a CDU sugeriu que a duração da feira passasse de 5 para 3 dias. -----

---- O Sr. Deputado José Manuel Pratas interveio também para dizer que o Partido Socialista votará favoravelmente este ponto. -----

---- O Sr. Deputado Municipal David Mendes interveio a seguir para dizer que a CDU em documentos deste género sempre votou abstenção, por serem da inteira responsabilidade da gestão municipal, eleita democraticamente pelos cidadãos. Referiu que este orçamento, pela primeira vez, reveste-se dum carácter ardiloso e artificial. Personifica também o falhanço total da estratégia seguida pelo PS. -----

Ao longo destes anos o PS tinha uma estratégia que falhou e o Concelho vai pagá-la amargamente durante anos. Quem for eleito em 2013 vai ter que conviver com enormes dificuldades. Ainda assim, o Sr. Deputado espera que os munícipes saibam dar nas urnas a resposta que o PS merece. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Municipal Luís Salvaterra. Depois de ter ouvido atentamente os Deputados da oposição, disse concordar com algumas coisas que foram ditas, também discordava de algumas decisões estratégicas que foram tomadas pela Câmara mas, por outro lado, era preciso mencionar algumas contradições. Falou-se contra o betão, mas até agora sempre se tem dito, mesmo a oposição, que era necessário alargar o PDM para se construí mais. Na sua opinião e ao contrário do que foi dito o problema da Câmara não é a dívida, mas sim um problema de liquidez de tesouraria. Tem que tentar arranjar uma maneira de gerir a pensar no futuro, que poderá passar pela reformulação dos serviços, equacionar a reforma administrativa que é necessária fazer no Concelho. Haver coragem para tomar medidas e não esperar que o Governo diga o que é preciso fazer. Terminou perguntando se a revisão do IMI vai ter algum impacto em termos de Câmara. -----

---- Para prestar os esclarecimentos necessários interveio o Sr. Presidente da Câmara. -----

Sobre a verba indicada no serviço de dívida, explicou que se trata de juros de mora relativos às Águas do Oeste que correspondem a despesa e receita. Acordou-se com aquela empresa que os juros são contabilizados à mesma taxa quer do lado da receita, quer do lado da despesa. -----

A edição da Feira de Maio de 2011 custou sensivelmente metade do valor da edição de 2010 e das anteriores, sem se ter perdido muita qualidade. Este ano a contenção vai ser na ordem dos 50% em relação à edição de 2011. Também para Ávinho a verba será reduzida. -----

Relativamente ao IMI, o Sr. presidente disse não ter ainda previsão do impacto que a alteração poderá trazer para a Câmara. -----

Sobre a intervenção do Sr. Deputado António José Rodrigues, o Sr. Presidente disse que no nosso concelho não houve uma grande pressão na construção. O que houve foi um processo bastante acelerado de uso do solo e diz respeito à logística. No que se refere à construção o incremento não foi grande, provando-se com a falta de fogos disponíveis para venda. -----

O Sr. Presidente salientou ainda que os tempos difíceis que se aproximam não são só para o Concelho de Azambuja, são para todas as Instituições e para todos os municípios. O nosso município tem um problema conjuntural e não estrutural. Chegou-se ao fim destes 10 anos com uma grande infraestruturização do Concelho sob todos os aspectos: cultural, desportivo, saneamento e rede escolar. O Sr. Presidente acrescentou ainda que tem sido muito difícil definir uma estratégia num país que, ele próprio, não a tem. As freguesias do Alto Concelho foram durante anos prejudicadas por causa de um aeroporto e de um TGV que ora vinham ora não vinham. A Educação é um sector prioritário para o Município e por isso estão garantidas todas as medidas que têm vindo a ser praticadas pelo sector educativo mas também se espera, naturalmente, que o Governo cumpra com aquilo que lhe diz respeito nesta matéria.

---- Pediu também a palavra o Sr. Deputado Municipal António Godinho. Salientou que a Coligação PFNT continua com a mesma disponibilidade que tinha antes, todavia está interessada em perceber como e não dá cartas brancas a ninguém nem pode dar. O que o Sr. Deputado Luís Salvaterra disse na sua intervenção é o que a oposição



Assembleia Municipal de Azambuja

tem vindo a dizer há muitos anos sem ser ouvida, nomeadamente, da parte da maioria confortável do PS que, cheia de si própria, parece saber tudo. -----

---- O Sr. Deputado Daniel Claro voltou a pedir a palavra para dizer que não tem nada contra o betão e até é a favor do bom betão por isso é que referiu que ele é bom se transformado em investimento. -----

Quanto a não valer a pena falar da renegociação do aeroporto é que já não é bem assim. O PS ganhou a maioria absoluta com uma serie de panfletos em que anunciava 400 milhões que vinham das contrapartidas sendo, por isso, importante discutir este assunto. Durante 30 anos este Concelho foi espoliado em desenvolvimento pelas medidas restritivas e devia de ser compensado por isso. -----

O BE, simultaneamente, sempre que apresentava aqui na Assembleia uma proposta de renegociação das contrapartidas do aeroporto de Ota, apresentava também no Parlamento uma questão sobre a mesma matéria, que foi comunicado ao Sr. Presidente da Câmara no exacto momento em que estava a ser apresentada. -----

Ao contrário do que referiu o Sr. Deputado Luís Salvaterra, a crise da câmara é estrutural e não conjuntural. É uma crise estrutural baseada num plano director municipal que estruturalmente deixou o Concelho descalço. A partir daí as instituições e a própria Câmara têm uma crise estrutural. Não ver isto é estar-se desarmado perante o futuro. -----

Respondendo ao Sr. Presidente da Câmara, quando referiu que o BE nunca disse qual era a sua estratégia, o Sr. Deputado lembrou que na Assembleia do Estado do Município o Sr. Presidente elogiou a apresentação duma estratégia para o Concelho do BE dizendo apenas que era um bocadinho utópica. -----

---- Não havendo mais intervenções os Sr. Presidente da Assembleia colocou o documento das Grandes Opções do Plano para 2012/2015 à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 18 votos a favor do PS e 11 votos contra (4 da Coligação PFNT, 6 da CDU e 1 do BE). -----

Colocado à votação o Orçamento para 2012, foi o mesmo aprovado por maioria, com 18 votos a favor do PS e 11 votos contra (4 da Coligação PFNT, 6 da CDU e 1 do BE). -

---- Pela Coligação PFNT foi apresentada a seguinte declaração de voto: -----
"DECLARAÇÃO DE VOTO

---- O Plano de Actividades para 2012 e o PPI não têm qualquer sustentabilidade séria que permita a sua execução. -----

De facto, o Plano e o PPI baseiam-se num Orçamento irrealista, cujo vector principal é o empolamento das receitas num montante superior a 2,5 milhões de euros. -----

Se não fossem estas receitas virtuais, Este seria um Orçamento no qual as despesas orçamentadas já não teriam (como na realidade não vão ter) cobertura suficiente do lado da receita.

O ano de 2012 será marcado por um desvio orçamental de 2,8 milhões de euros a 3,5 milhões de euros (num orçamento global de cerca de 19M€). -----

Em termos simplistas, o Orçamento para 2012 diz-nos o seguinte: -----

- Se subtrairmos 3 milhões de receita virtual aos 19 milhões orçamentados, a Câmara apenas poderá contar com 16M€. -----
- Se as estes 16 milhões de euros retiramos os 5 milhões afectos a despesas com pessoal, a Câmara já só pode contar com 11 M€. -----
- A estes 11 milhões, teremos de retirar um milhão de euros para o serviço da dívida à banca.-----

- Ou seja, na realidade, durante o ano de 2012 só estarão disponíveis cerca de 10 milhões de euros.
- O que significa que a autarquia só poderá dispor de 830 mil euros por mês, o que é insuficiente para o que está orçamentado do lado da despesa.

O Caminho poderia ser outro? Podia e devia ter sido outro.
 A degradação das receitas municipais acentuou-se desde 2008 - e nada foi feito para travar a escalada da dívida! (em 2009 houve eleições autárquicas, recordam-se...)

O caminho podia e devia ser outro.
 Mas a maioria PS foi teimosamente surda aos sucessivos avisos e alertas atempados da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA.

Há uma componente da gravíssima situação económico-financeira da Câmara de Azambuja que é imputável à crise financeira internacional e nacional.
 Em termos nacionais, o corte de cerca de 600 mil euros nas transferências para a Câmara de Azambuja decidido durante o consulado Sócrates teve algum impacto.
 Tal como terá impacto o corte decretado por este Governo para o próximo ano (cerca de 250 mil euros).

Mas, a grande responsabilidade da gravíssima situação económico-financeira da Câmara de Azambuja é de quem a tem governado desde 2002.

O PS geriu (e ainda gere) a Câmara como se esta nunca pudesse entrar em ruptura financeira, como se a dívida não tivesse de ser paga (ou que apenas fosse paga pelos que vierem a seguir) e como se todas as obras tivessem a mesma importância e prioridade.

A realidade já demonstrou que este tipo de gestão irresponsável pode ter sucesso eleitoral.

Contudo, no final, quem paga a factura são as famílias, as empresas, as instituições de solidariedade social, as associações e colectividades.

É por isso, que no próximo ano, a Câmara de Azambuja vai reduzir em 160 mil euros as verbas destinadas ao Apoio Social.

É por isso que, no próximo ano, a Câmara PS vai diminuir outra vez o valor das bolsas de estudo.

É por isso que, no próximo ano, a Câmara PS vai cortar novamente os apoios financeiros às instituições de carácter social.

É por isso que, no próximo ano, a Câmara PS vai reduzir abruptamente os subsídios às associações e colectividades.

E há muitos mais exemplos de cortes cegos, sem a correspondente contrapartida de poupança na máquina política e funcional da Câmara.

E é também por isso que - apesar do PS ter chumbado a nossa proposta de constituição da "Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamental Municipal" - a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vai estar muito atenta à execução do Plano e do Orçamento para 2012, em particular em duas áreas de intervenção municipal:

- Na área da ACÇÃO SOCIAL, em que rejeitamos totalmente a redução da despesa sem que exista uma contrapartida directa ao nível da poupança com as "gorduras" da máquina política e funcional da Câmara;
- E na área da EDUCAÇÃO, na qual a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vai continuar a exigir o seguinte:
 - 1º) O reforço do valor per capita no âmbito da acção social escolar;
 - 2º) A manutenção do transporte escolar nos actuais moldes;



Assembleia Municipal de Azambuja

3º) A melhoria do sistema de refeições escolares, sem redução do investimento municipal e sem aumento da comparticipação financeira por parte das famílias. -----

Já o dissemos: o caminho podia ter sido outro. -----
Aliás, o que mais custa saber é que o caminho podia mesmo ter sido outro. -----
Com mais responsabilidade. Mais bom senso. Mais competência. -----
Pela nossa parte, vamos continuar a lutar para que também o Concelho de Azambuja trilhe um novo caminho, que terá menos obra e ilusão. -----
Mas que terá mais responsabilidade e consciência de que a dívida de hoje não pode ficar só para os que vierem a seguir. -----
Obviamente, a Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA vota contra a proposta de Plano de Actividades e de PPI e do Orçamento para 2012. -----
Azambuja, 27 de Dezembro de 2011 -----
Os Deputados Municipais da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA” -----

APROVAÇÃO POR MINUTA

---- O Segundo Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

----Eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião.

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----

